



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002053-86.2023.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Inexigibilidade - Contratação da empresa especializada na prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário - Prédios da Justiça Eleitoral em Porto Velho.

DESPACHO Nº 1354 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Administração Predial - SEAP, visando à contratação de empresa CRT PORTO VELHO S/A, inscrita sob o CNPJ n. 44.357.569/0001-84, especializada na prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, para suprir a demanda desta Justiça Eleitoral em Porto Velho (1076380).

Para instrução dos autos, carreu-se o documento de formalização da demanda (1076382); a solicitação de contratação (1076383); a informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação - ICVEC (1080140); o termo de referência (1080402), o qual reproduz as regras da contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

Carreu-se, ainda, os seguintes documentos: condições gerais (1076810) para instruir a Cotação de Preços n. 1/2023 - SEAP (1076514) e a comprovação do envio desses documentos ao mercado potencialmente fornecedor (1077883 e 1077960); proposta da empresa e documentos comprovem sua regularidade mínima para contratar com a Administração Pública (1077965, 1077967, 1077968, 1077970, 1077971, 1078013 e 1083011); documentos complementares da proposta, a saber: licenciamento ambiental (1077962); alvará e funcionamento (1077963); anotação de Responsabilidade (1080137), termo de compromisso ambiental (1080138), declaração de equipamentos adequados (1080136), comprovante de treinamento (1080135) e certidão de licenciamento sanitário (1080393); Contrato Administrativo n. 042/2023, firmado pela Prefeitura do Município de Porto Velho na data de 04/08/2023, pelo prazo de 12 meses a partir da data última assinatura, com a empresa CRT PORTO VELHO S/A, que tem como objeto a destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU do Município de Porto Velho/RO; solicitação de envio de documentos de habilitação (1080134), vindo ao processo os seguintes documentos da empresa CRT PORTO VELHO S/A: i. certidão (*sic*) de treinamento de equipe, inclusive para a atividade de gerenciamento de resíduos (1080135); ii. certidão (*sic*) de posse dos equipamentos adequados e pessoal capacitado para o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário (1080135); iii. indicação de responsável técnico da empresa, o Engenheiro Civil Filinésio Edir Correa Soares, conforme ART expedida pelo CREA-RO (1080137); iv. termo de compromisso de destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos (1080138); e v. licença sanitária expedida pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Porto Velho que lista, entre outras, a atividade de tratamento e disposição de resíduos não perigosos (1080393).

Nos termos do item 2 do TR, a demanda não está prevista no Plano Anual de Contratações de 2023 do TRE-RO, haja vista que se trata de iniciativa não existente quando da elaboração do PCA 2023 e, que por exigência legal, o Tribunal será obrigado a cumprir a partir do dia 10/11/2023, nos termos do Decreto n. 15.603/2018 - Resíduos Sólidos do Município de Porto Velho e a Portaria n. 109/SEMUSB/2023 - Plano de Encerramento do Lixão da Vila Princesa. Ainda, considerando as informações do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA) de Porto Velho, de que os grandes produtores de resíduos sólidos, que geram acima de 200 litros de lixo, por dia, devem, até dia 10 de novembro de 2023, pagar pelo transporte e destinação do próprio lixo, conforme os normativos citados acima, demonstra-se a necessidade da contratação dos referidos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos para o TRE-RO.

O valor estimado da contratação é de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) para um período de 24 meses.

A SAC, em análise do TR, complementado pela proposta atualizada juntada no evento n. 1077961 e documentos de habilitação, concluiu que a contratação sob análise encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas para contratação direta por inexigibilidade de licitação (1080405).

A SPOF, em atenção à Informação n. 214 (1080928) e ao Despacho n. 1470 (1080932) da COFC, formalizou a programação orçamentária dos valores a serem executados neste exercício financeiro, conforme TR/PB supra referido, com emissão de pré-empenho (1080964).

A SECONT elaborou a minuta de contrato de evento n. 1080396 e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, concluiu pela sua adequação às regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Ademais, opinou pela adequação legal dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela possibilidade jurídica da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário da empresa CRT PORTO VELHO S/A, haja vista que configurada a situação da inviabilidade competitiva prevista no art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021; e pela desnecessidade de publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO (1083434).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação (1080140); pela contratação direta da empresa CRT PORTO VELHO S/A por inexigibilidade de licitação; pela divulgação do ato autorizativo de inexigibilidade e do extrato do contrato, juntamente com os demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br (1083468).

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

O art. 74 da Lei de Licitações e Contratos define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Veja-se:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

(...)

Como verifica-se, o dispositivo exemplifica situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas a situação da exclusividade do fornecedor, quando apenas uma única empresa oferece determinado produto ou serviço que a Administração Pública necessita. Dessa forma, se apenas uma empresa pode ser a fornecedora, não existe competição, logo, não faz sentido realizar uma licitação.

Para comprovar que apenas determinada empresa é capaz de satisfazer a Administração, a legislação solicita comprovação da exclusividade, por meio de atestados, certificados e outros documentos, tal como está exposto no art. 74, § 1º:

(...)

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do

fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

Como relatado, os presentes autos visam à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos em aterro sanitário, por inexigibilidade de licitação, para suprir a demanda desta Justiça Eleitoral em Porto Velho. Pelo que se vislumbra das informações que instruem o presente feito, há inviabilidade de competição para a contratação pretendida por ausência de mercado concorrencial para a localidade que demanda o serviço, visto que apenas a empresa CRT PORTO VELHO S/A presta, em caráter exclusivo, os referidos serviços públicos.

A referida exclusividade da empresa para a execução dos serviços pretendidos é reforçada pela unidade demandante nas razões inclusas no item 13.1 do TR (1080141), veja-se:

(...)

3. *Comprova-se a exclusividade por meio do CONTRATO n. 42/PGM/2023 - PROCESSO n. 00600-00029612-2023-19-e, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS - SEMUSB, DE UM LADO E DO OUTRO LADO A EMPRESA CTR PORTO VELHO S.A., com o objetivo de contratação de empresa especializada em destinação final de resíduos sólidos urbanos — RSU, do Município de Porto Velho/RO.*

4. *Verifica-se a PORTARIA N.º 089/SEMUSB/2023, que define o prazo de autorização da entrada de resíduos na lixeira Pública da Vila Princesa, e a PORTARIA N.º 109/SEMUSB/2023, que estabelece que, semanalmente, os resíduos sólidos gerados no município de Porto Velho serão direcionados gradativamente ao aterro sanitário devidamente licenciado, contratado pelo município de Porto Velho por meio do contrato n.º 042/PGM/2023, em substituição à disposição final na lixeira sanitária. E a transição deverá ser concluída impreterivelmente até a data de 10 de novembro de 2023, onde se dará o encerramento definitivo da disposição final de resíduos na lixeira sanitária da Vila Princesa.*

5. *Por meio dos documentos citados, depreende-se que haverá o fechamento definitivo da lixeira Pública da Vila Princesa, e esta será substituída por um aterro sanitário devidamente licenciado, contratado pelo município de Porto Velho por meio do contrato n.º 042/PGM/2023, não havendo outro aterro, portanto, que possibilite a contratação por dispensa de licitação com a consulta a mais de um fornecedor para participação na disputa de melhor proposta. (sem destaque no original)*

6. *De acordo com o CONTRATO n. 42/PGM/2023 - PROCESSO n. 00600-00029612-2023-19-e, a previsão inicial é de funcionamento de apenas UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ATERRO SANITÁRIO para receber os resíduos supra informados e todos os demais domiciliares e públicos da região, fato que comprova e impossibilita a competição de fornecedores do ramo.*

Em função do exposto, e havendo a unidade demandante constatado que este Tribunal se enquadra na condição de grande produtor de resíduos sólidos, de acordo com a legislação da municipalidade local, afigura-se mesmo necessária a contratação da CRT PORTO VELHO S/A, única empresa contratada pelo Município de Porto Velho/RO para executar os serviços de destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU no aterro sanitário local. Assim, fica demonstrada a inviabilidade competitiva que caracteriza a inexigibilidade de licitação regradada pelo art. 74, inciso I, da Lei 14.133/2021.

No caso em tela, verifica-se que unidade demandante não descuidou de comprovar os requisitos legais de caráter genérico aplicáveis às contratações diretas, quais sejam, a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021). No caso em tela, constata-se que o serviço só pode ser prestado exclusivamente pela referida empresa. Com relação à justificativa do preço, a COMAP registrou que não há informações dos preços praticados com outros entes públicos tendo em vista que a empresa está em fase de implantação de suas atividades em Porto Velho,. Por outro lado, a análise das informações juntadas ao processo e registradas na INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO (1080140) revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021, motivo pelo qual conclui-se pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa realizado.

No tocante ao Termo de Referência, verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Verifica-se que, na forma do 7.1.1 do TR, o prazo de vigência e execução do contrato foi dimensionado para 24 meses a contar do dia 10/11/2023, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

Quanto à minuta do Contrato, a análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no evento n. 1080730 revela que sua redação está adequada, razão pela qual foi aprovada pela AJSAOFC. Por certo não se trata de uma contratação com dispensa em razão de valor, mas sim originada em situação de inexigibilidade de licitação - embora situada nos patamartes da dispensa legal em razão do valor. Contudo, verifica-se que objeto compreende a execução de serviços que resultam obrigações futuras às partes. Nesses moldes, tem-se como imperativo a adoção do instrumento de contrato.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1. aprovo o Termo de Referência (1080402), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso I do art. 72 da Lei. n. 14.133/2021;

2. autorizo a despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso VIII do art. 72 c/c art. 74, I, da Lei. n. 14.133/2021;

3. aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. 1080140, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

4. autorizo a despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei. n. 14.133/2021;

5. adjudico o objeto à empresa CRT PORTO VELHO S/A, inscrita sob o CNPJ n. 44.357.569/0001-84, e autorizo a emissão de nota de empenho em seu favor, no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais); e

5. determino a divulgação do ato autorizativo e da nota de empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei n. 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade das ações, visando à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO**, **Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 10/11/2023, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1083757** e o código CRC **5117B142**.